



CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNSERV

Mandato 2020/2024

Exercício 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REFERÊNCIA JUNHO/2021 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA-FUNSERV

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, realizou-se, em caráter excepcional, devido ao Estado de Calamidade decretado no Município de Sorocaba (Decreto nº 25663/20), face à pandemia do COVID-19, reunião do Conselho Administrativo de modo não presencial, através da plataforma denominada Google Meet. Em atenção à convocação do Presidente do Conselho, bem como à Resolução FUNSERV nº 001/2021, que dispôs sobre o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo para 2021, em primeira chamada às 18h00 e em segunda chamada às 18h15, deu-se início à reunião, onde deliberaram sobre o que segue: SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 17 da Lei Municipal nº4169/1993): A) Verificação de quórum: iniciando a reunião, na ausência do Presidente do Conselho Administrativo, o Sr. Edgar passou a conduzir a pauta, após abertura oficial, verificação de quórum e saudação. Os membros Clebson Aparecido Ribeiro, Maria Angélica Martins Alves Porto, Marilda Aparecida Correa e Fábio Salun Silva justificaram a ausência à reunião. Alguns conselheiros apresentaram dificuldades de conexão, inclusive por estarem a trabalho remotamente ou em locais externos, pelo que, a listagem de presença está flexibilizada neste período de pandemia. Quórum verificado para dar início à reunião, o Sr. Edgar assumiu, como de praxe, as funções de secretário para a presente reunião. SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 18 e seguintes da Lei Municipal nº4169/1993). ITEM 1– APROVAÇÃO DO PARECER/ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: O Sr. Edgar, gestor dos recursos do RPPS, informou que o Comitê de Investimentos realizou as seguintes reuniões: 20/05/2021 – 14hs - Banco do Brasil, 24/05/2021 – 14hs – Safra, 25/05/2021 – 14:30hs – Santander, 26/05/2021 – 14hs – Itaú, 27/05/2021 – 14hs – Bradesco, 01/06/2021 – 10hs - BTG Pactual, 02/06/2021 – 10hs – Caixa e 08/06/2021 – 14hs – XP. Estas reuniões, com instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, visaram conhecer a percepção do mercado financeiro acerca do cenário econômico no Brasil e também internacional, às expectativas quanto aos principais indicadores econômicos como o PIB, inflação (IPCA), variação do dólar, dentre outros. Além disto, foram oportunidades de conhecer novos produtos de investimentos, além de compreender os impactos de fatores recentes, como o aumento da taxa de juros (SELIC) e queda do dólar, que influenciaram a rentabilidade dos fundos que compõem a carteira. O Sr. Edgar informou ainda que a ANBIMA retomou as provas presenciais para certificação profissional e que, no início do mês, obteve a certificação CPA-20, sendo parabenizado pelos demais membros do Conselho. Isto posto, informou que foram enviadas em 28/06/2021, via e-mail, aos membros do Conselho Administrativo, as atas, bem como o parecer do Comitê de Investimentos, decorrente da reunião realizada pelo referido Comitê em 22/06/2021. Entendeu pertinente destacar alguns pontos tratados naquela reunião e que constam no material encaminhado. Informou que, ao final de Maio/21, os recursos alocados em renda fixa, totalizaram R\$1.293.491.640,16, o que representa 66,19% do total de

recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de 0,46% no mês, com retorno de R\$6.426.600,43. No segmento de renda variável, o montante acumulado ao final do mês foi de R\$599.271.522,72, o que representa 30,67% e, neste segmento, a rentabilidade foi de 4,26%, com retorno de R\$24.484.776,57. Informou ainda que, no segmento de investimento no exterior, o saldo foi de R\$61.402.386,38, o que representa 3,14% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de -1,62% no mês, com retorno de -R\$1.008.790,02. Destacou que a rentabilidade negativa dos fundos de investimento no exterior decorreu, principalmente, da queda da cotação do dólar. A rentabilidade total da carteira foi de 1,55%, com retorno de R\$ 29.902.586,98 e, com isto, ficou acima da meta de rentabilidade (meta atuarial), que foi de 1,28% para o mês. No acumulado do ano, a rentabilidade acumulada é de 1,85%, o que representa um pouco mais de 33% da meta de rentabilidade acumulada, que foi de 5,47% ao final do mês. Ressaltou que, conforme constou na ata e parecer do Comitê de Investimentos, o cenário econômico continuou desafiador no mês de Maio/2021, por isto o resultado positivo alcançado é muito importante, especialmente, durante a crise que temos enfrentado. As atividades do Comitê de Investimentos demonstram a compromisso de todos com a melhor performance da carteira, afinal, se tratam de recursos dos servidores públicos que, futuramente, proverão suas aposentadorias e pensões. Em seguida, o Sr. Edgar então apresentou a proposta do Comitê de Investimentos para aplicação dos recursos, da área de previdência, para o próximo mês: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Julho/2021, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), propõe-se aplicação nos seguintes fundos, enquadrados como Investimento no Exterior: a) BB Multimercado Global Select Equity Investimento no Exterior Fundo de Investimento - CNPJ: 17.413.636/0001-68: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), e; b) Itaú Ações Mercados Emergentes Investimento no Exterior FIC FI - CNPJ: 35.727.674/0001-77: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), propõe-se que sejam aplicados no fundo BB Multimercado Global Select Equity Investimento no Exterior Fundo de Investimento - CNPJ: 17.413.636/0001-68; 3) A respeito dos recursos que devem ser transferidos do Fundo Financeiro para o Fundo de Reserva Previdenciária, de acordo com o determina a Lei Municipal nº 8.336/2007 (Art. 2º, §3º), foram realizados os cálculos referentes ao saldo final do mês de maio/2021, devendo ser transferido o valor de R\$ 4.772.195,79 (quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos). O valor está alocado no fundo BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49, compondo o saldo de fluxo de caixa. A sugestão é da aplicação, no Fundo de Reserva, também em fundos de investimento no exterior, nos seguintes valores: a) BB Multimercado Global Select Equity Investimento no Exterior Fundo de Investimento - CNPJ: 17.413.636/0001-68: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e; b) Itaú Ações Mercados Emergentes Investimento no Exterior FIC FI - CNPJ: 35.727.674/0001-77: R\$ 2.772.195,79 (dois milhões, setecentos e setenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos); 4) Propõe-se a migração dos recursos do fundo Caixa Alocação Macro FIC Multimercado LP – CNPJ: 08.070.841/0001-87, em torno de R\$121.734.966,17 (cento e vinte e um milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos) nos seguintes fundos, que estão no mesmo enquadramento legal (Multimercado – Res. 3922/2010 – Art. 8º, III): a) Itaú Private S&P500 BRL FIC Multimercado – CNPJ: 26.269.692/0001-61: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), e; b) FI Caixa Indexa Bolsa Americana Multimercado LP – CNPJ: 30.036.235/0001-02: o saldo remanescente, em torno de R\$ 81.734.966,17 (oitenta e um milhões, setecentos e trinta

e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos); 5) Propõe-se a ampliação do volume de recursos em renda variável, com as seguintes migrações de recursos do segmento de renda fixa para renda variável: a) Migração de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) do fundo Caixa Brasil Gestão Estratégica FIC Renda Fixa – CNPJ: 23.215.097/0001-55 para o fundo Caixa Brasil Ações Livre FIC Ações – CNPJ: 30.068.169/0001-44, sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) no Fundo Previdenciário e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) no Fundo de Reserva, e; b) Migração de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) do fundo BB Alocação Ativa Retorno Total FIC Renda Fixa Previdenciário – CNPJ: 35.292.588/0001-89 para o fundo BB Ações Quantitativo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento – CNPJ: 07.882.792/0001-14, sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) no Fundo Previdenciário e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) no Fundo de Reserva. A respeito das propostas esclareceu que a sugestão de aplicação dos recursos novos no segmento investimento no exterior se deve em função da queda na cotação do dólar e, considerando que os fundos acima indicados possuem exposição cambial, o valor da cota tem reduzido, entende-se momento oportuno para novos aportes. Quanto a migração entre fundos multimercados, classificados no Art. 8, III, da Res. 3922/2010, esclareceu que a performance dos fundos sugeridos, que buscam replicar a performance do índice S&P500® (índice composto por quinhentos ativos cotados nas bolsas de NYSE ou NASDAQ, qualificados devido ao seu tamanho de mercado, sua liquidez e sua representação de grupo industrial), tem menor correlação com os demais fundos de renda variável e, além disto, rentabilidade histórica superior ao fundo que será resgatado. Dessa forma, no mesmo enquadramento, sem extrapolar os limites legais, poderão ser alcançados melhores resultados. O Sr. José Antonio solicitou ao Sr. Edgar que destacasse que tais fundos não se enquadram como investimento no exterior. O Sr. Edgar então reforçou que, os fundos multimercados indicados, embora tenham por índice de referência o S&P500®, que é um indicador do mercado norte-americano, não são classificados como fundos de investimento no exterior e não tem exposição à variação cambial, motivo pelo qual, inclusive, tem obtido rentabilidade positiva mesmo com a variação negativa do dólar. Após prestar tais esclarecimentos, o Sr. Edgar abriu a palavra, não havendo manifestação. Em seguida, colocou, sob votação, as propostas do Comitê de Investimentos para o recursos previdenciários, sendo todas aprovadas por unanimidade. Em seguida, passou a análise da carteira do fundo de reserva da assistência à saúde. Informou que, ao final de Maio/21, os recursos alocados em renda fixa, totalizaram R\$20.066.141,87, o que representa 76,05% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de 0,38% no mês, com retorno de R\$129.408,11. No segmento de renda variável, o montante acumulado ao final do mês foi de R\$6.320.538,60, o que representa 23,95% e, neste segmento, a rentabilidade foi de 2,57%, com retorno de R\$211.040,64. A rentabilidade total da carteira foi de 1,11%, com retorno de R\$340.448,75 e, com isto, ficou acima da meta de rentabilidade, que foi de 0,83% para o mês. No acumulado do ano, a rentabilidade acumulada é de 2,69%, o que representa um pouco mais de 83% da meta de rentabilidade acumulada, que foi de 3,22. Relatou que, no início do mês de Junho/2021, houve a necessidade de resgate de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do fundo de renda fixa BB IDKA 2 Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário – CNPJ: 13.322.205/0001-35 para cobertura das despesas que foram pagas no início do mês, visto que os recursos mantidos no fundo selecionado para fluxo de caixa (BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49) eram insuficientes para cobertura das despesas. Dessa forma, a proporção do volume de recursos em renda fixa reduziu e, em renda variável, aumentou, em relação ao total da carteira. Assim, propõe o rebalanceamento da carteira, com a migração de R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) dos fundos de renda variável para o segmento de renda fixa, da seguinte

forma: resgate de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) do fundo Caixa Brasil Indexa Ibovespa FI Ações – CNPJ: 13.058.816/0001-18; R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) do fundo BB Retorno Total FIC Ações – CNPJ: 09.005.805/0001-00 e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) do fundo Itaú Private S&P500® BRL Multimercado – CNPJ: 26.269.692/0001-61 e aplicação, do valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49. A Sra. Ana Paula solicitou esclarecimentos a respeito do resgate do fundo de renda fixa, se foi necessário para cobertura do déficit do mês. O Sr. Edgar esclareceu que o resgate foi necessário para cobertura das despesas, que são pagas no início do mês e, dessa forma, a proposta visa recompor o saldo em renda fixa. O Sr. José Antonio indagou sobre a rentabilidade nos fundos de renda fixa e variável. O Sr. Edgar informou que, neste mês, os fundos de renda variável tem tido melhor performance do que os fundos de renda fixa. Assim, o Sr. José Antonio indagou o motivo pelo qual não mantém o recurso em fundos de renda variável, que afinal, poderão proporcionar maior rentabilidade. O Sr. Edgar esclareceu que, quanto maior a exposição em renda variável, maior a volatilidade da carteira e, embora haja a possibilidade de maior retorno, também há a possibilidade de significativa queda, no curto prazo e, como estes recursos devem possuir alta liquidez, estando disponíveis para resgate imediato, se necessário, entende, por cautela, pertinente manter o maior volume em renda fixa e, uma parcela bem menor, em renda variável. Esclareceu que, com a migração, a proporção dos fundos de renda fixa na carteira passaria de 73,24% para 88,43% e, os fundos de renda variável, de 26,76% para 11,57%, reduzindo a volatilidade e exposição ao risco da carteira. Após, o Sr. Edgar abriu à palavra aos membros do Conselho, não havendo manifestação. Em seguida, colocou em votação a proposta de migração de recursos do fundo de reserva da assistência à saúde, sendo aprovado por unanimidade.

2 - ANÁLISE DAS CONTAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Em seguida, o Sr. José Antonio, diretor administrativo e financeiro da FUNSERV, apresentou as informações de receitas e despesas da assistência à saúde, referentes ao mês de Maio/2021. Informou que o total de receitas arrecadadas foi de R\$ 9.517.104,87 e, o total de despesas liquidadas, foi de R\$13.848.718,09 e, com isto, houve um déficit no mês de R\$4.331.613,22. Contudo, informa que há a previsão de redução nas despesas, em aproximadamente R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), nos próximos meses, em função do avanço na campanha de vacinação contra Covid-19 e consequente redução nas demandas por atendimentos em função desta doença. Lembrou que o Fundo de Reserva da Assistência à Saúde visa, de fato, cobrir gastos excepcionais. Contudo, destacou que a equipe de gestão tem se empenhado em identificar pontos para redução de gastos, como as auditorias nas contas médicas, a Sra. Marise tem também acompanhado as contas e na busca de oportunidades de revisão de preços, de contratos e tabelas, sugerindo ações visando racionalizar os recursos da assistência à saúde e, na gestão dos recursos financeiros, as melhores oportunidades de alocação dos recursos, buscando receita dos investimentos. No caso dos reajustes que tem sido solicitado por alguns prestadores de serviço, este tem sido negociado e obtido sucesso nas tratativas. Destaca que se tem o cuidado de não tomar nenhuma iniciativa que prejudique o atendimento. Afirmou ainda as despesas em decorrência de Covid-19 tem impactados os custos com saúde no mundo todo e que a Funserv tem atuado de forma aprimorada para gerar menos impacto aos beneficiários. Ressaltou ainda que qualquer atitude mais severa, antes de ser adotada, será compartilhada com o Conselho Administrativo. Relatou que os hospitais tem suspendido as cirurgias eletivas, em função da atual situação da pandemia e espera que, com o avanço da vacinação e maior número de pessoas imunizadas, os atendimentos retomem à normalidade e as despesas

possam reduzir nos próximos meses. Entende pertinente que os Conselheiros acompanhem este tema e dele estejam atualizados. 3. ASSUNTOS GERAIS: O Sr. Edgar abriu a palavra aos presentes. A Sra. Ana Paula indagou como está o cadastramento dos aposentados e pensionistas. O Sr. José Antonio esclareceu que, em função das restrições legais impostas, decorrente da pandemia de Covid-19 e visando preservar a saúde dos beneficiários, o cadastramento permanece suspenso. Informou ainda que tem buscando alternativas tecnológicas para o cadastramento de forma não presencial e que este assunto tem avançado. A Sra. Ana Paula informou que teve conhecimento, por terceiros, que houve um boato de que o pagamento dos aposentados e pensionistas, que não realizassem o cadastramento, seria suspenso. O Sr. José Antonio informou que tal notícia não é verdadeira e orientou que sejam acompanhadas as notícias veiculadas pelo site da FUNSERV e que, qualquer novidade a respeito deste assunto, será amplamente divulgada. Em seguida, o Sr. José Antonio informou que a pauta da previdência complementar tem sido tratada e que representará a FUNSERV na comissão municipal criada para tratar do tema. A Sra. Silvana destacou que o grupo de trabalho criado pelo Conselho, no ano passado, funcionará como grupo de suporte técnico à comissão municipal. O Sr. José Antonio informou que, assim que houver informações mais concretas, serão encaminhadas aos conselheiros. SEÇÃO III – ENCERRAMENTO: Após verificar que não existiam mais assuntos a serem tratados, deu-se encaminhamento ao encerramento da reunião, agradecendo a todos pela presença. Não havendo nada mais a tratar, encerraram-se os trabalhos às 19h40min, e para constar eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, secretário designado, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e posteriormente publicada junto ao site da Funserv, ficando a próxima reunião ordinária agendada para 28 de julho de 2021, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 01, de 15/01/2021.-----

Sorocaba, 29 de junho de 2021.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Secretário Designado

PRESENTES NA REUNIÃO:

| | |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Ana Paula Favero Sakano | Membro Titular |
| Anésia de Moraes Rosa | Membro Titular |
| Edgar Aparecido Ferreira da Silva | Membro Titular –Gestor dos Recursos do RPPS |
| Edinaldo Souto Proença | Membro Titular |
| Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira | Membro Titular |
| José Antonio de Oliveira Júnior | Membro Titular - Licenciado - Dir. Adm. e Financeiro |
| Juliana Aparecida Ribeiro | Membro Titular |
| Luiz César Domingues Moraes Sobrinho | Membro Titular |
| Maria do Socorro Souza Lima | Membro Titular - Licenciado – Dir. de Previdência |
| Marise de Souza Simão | Membro Titular –Controlador Interno da FUNSERV |
| Pedro de Oliveira Rosa | Membro Titular |
| Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto | Membro Titular - Presidente da FUNSERV |

| | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| Setembrino Ferraz Júnior | Membro Titular |
| Wanderlene Aparecida Lopes Mariano | Membro Titular |
| Gêmina Maria Pires | Membro Suplente |
| Marcelo Stefani | Membro Suplente |
| Osmir Antonio da Silva | Membro Suplente |
| José Marcos Trindade | Membro Titular do Conselho Fiscal |
| Laíde Aparecida Trindade | Gestora Administrativa da Saúde |